

Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema

Rua 106, nº 165 - , Centro ITAPEMA

CEP: 88220000 - Tel: 47 3267-1485

Licença Ambiental de Operação

2945/2022



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/42575/17846>

Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, com base no processo de licenciamento ambiental DIV/23322 e parecer técnico nº 17621/2022, concede a presente Licença Ambiental de Operação à atividade abaixo descrita:

Empreendedor

Nome: Terra Brasil Comércio e Transportes de Materiais de Construção Ltda

CPF/CNPJ: 07458077000310

Endereço: Rua 456, nº 520, Morretes

CEP: 88220000

Município: ITAPEMA

Estado: SC

Empreendimento

Terra Brasil Comércio e Transportes de Materiais de Construção Ltda - 07458077000310

Atividade: 71.60.06 - Unidade de reciclagem de resíduos da construção civil.

Endereço: Rua 454, nº s/nº, Morretes

CEP 88220000

Município: ITAPEMA

Estado: SC

Coordenadas UTM X 736448.96, Y 6996593.06

Da operação

Descrição do Empreendimento

Unidade de reciclagem de resíduos da construção civil.

Aspectos Florestais

Inexistentes.

Controles ambientais

Implantação de sistema de tratamento individual para os efluentes provindos do escritório.

Instalação de contenção para bloquear carreamento dos resíduos da construção civil para área pública.

Medidas compensatórias

Não aplicáveis.

Análise técnica

Trata-se da retificação do número CNAE para filial.

Não foi constatado a presença de curso d'água no terreno ou em suas proximidades.

O empreendimento não está inserido na Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre de Itapema, tampouco em sua Zona de Amortecimento.

Conclusão

Deferimos a Licença Ambiental de Operação LAO.

Documentos que fundamentam o parecer

Documentos anexados ao sistema SINFAT, relatório de vistoria nº. 1165/2022 e LAO 1541/2022.

Condições específicas

Esta Licença Ambiental de Operação é somente para resíduos da construção civil oriundo da etapa de fundações em obras civis.

Deverá respeitar a NBR 10151, referente ao conforto das comunidades.

O armazenamento dos resíduos deverão estar depositados na área útil do empreendimento, evitando carreamento para área pública.

É expressamente proibido armazenamento de materiais, em área pública.

É expressamente proibido armazenamento de materiais de outra tipologia ou categoria.

Deverá manter as bocas de lobo em perfeitas condições de escoamento das águas pluviais e ruas adjacentes em perfeito estado de limpeza.

Realizar a umectação das pilhas periodicamente e sempre que necessário a limitação da suspensão e carreamento de poeira e material particulado.

Documentos em Anexo

Nada consta.

Condições de Validade

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a este órgão licenciador sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Prazo de Validade

A presente licença é **válida por 48 meses** a partir da assinatura e observadas as condições deste documento.

Data, local e assinatura

ITAPEMA, 12 de maio de 2022

Raphael Sargilo Saramento Voltolini
Presidente





LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 6624/2019

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº TPP/23117/CRFe parecer técnico nº 8055/2019, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

Empreendedor

NOME:	TERRA BRASIL COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MATEIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA				
ENDEREÇO:	RUA 1202, 644, ILHOTA, SALA 02				
CEP:	88220-000	MUNICÍPIO:	ITAPEMA	ESTADO:	SC
CPF/CNPJ:	07.458.077/0001-59				

Para Atividade de

ATIVIDADE:	47.10.10 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS, RESÍDUOS DE SAÚDE, RESÍDUOS OU REJEITOS INDUSTRIAIS, DE COMÉRCIO OU DE SERVIÇOS, CLASSES I, IIA E IIB				
EMPREENHIMENTO:	TERRA BRASIL COM. E TRANSP. DE MAT DE CO				

Localizada em

ENDEREÇO:	RUA 1202, 644, ILHOTA				
CEP:	88220-000	MUNICÍPIO:	ITAPEMA	ESTADO:	SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 737524.77 - UTM Y 7004935.90				

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 520651

CÓDIGO: 233721



Documentos em anexo

Nada Consta.

Condições de validade

Descrição do empreendimento

Funcionamento da atividade do serviço de transporte rodoviário de produtos perigosos, conforme segue:

1- Produto classificado de acordo com a Resolução 420/04 da ANTT: ÓLEO DIESEL (Fracionado).
2- Produtos não classificados de acordo com a Resolução 5232/16 da ANTT: 1 ÓLEO LUBRIFICANTE (Fracionado); 2 ÓLEO HIDRÁULICO AW68 (Fracionado); 3 GRAXAS (Fracionado) e 4 RESÍDUOS DE DEMOLIÇÃO (Granel).
Frota de caminhões: 1 AEF-9893 Caminhão Carga Basculante 1990; 2 LWX-2310 Caminhão Carga Basculante 1995; 3 QIN 2918 Marca/Modelo: Ford Cargo 1119 - Caminhão Tanque; 4 MFO-9685 Caminhão Carga Basculante 2009; 5 MIX-6975 Caminhão Carga Basculante 2011; 6 MJE-0784 Caminhão Carga Basculante 2012; 7 MKN-3387 Caminhão Carga Basculante 2013; 8 MLT-8884 Caminhão Carga Ab/Mec Operac 2014; 9 MLU-9837 Caminhão Trator Tração Nenhuma 2014; 10 MLW-6603 Caminhão Carga Basculante 2014; 11 MLW-7783 Caminhão Carga Basculante 2014 e 12 QIR-0391 Caminhão Carga Basculante 2016.

Aspectos florestais

Não Aplicável.

Controles ambientais

- A limpeza dos veículos e equipamentos deve ser realizada em local licenciado para tal fim;
- Treinamento dos condutores;
- Utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI e EPC);
- Manutenção preventiva de veículos, com todos seus itens de segurança em perfeito funcionamento;
- Check-list de veículos antes de cada viagem;
- Cópia do Certificado de Inspeção Veicular - CIV, emitido por empresa acreditada pelo INMETRO, quando se tratar de transporte de produtos perigosos ou resíduos classe I a granel.
- Cópia do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), quando se tratar de transporte de produtos perigosos ou resíduos classe I a granel.
- Plano de ação emergencial (PAE), constante no processo de licenciamento Ambiental.

Programas ambientais

- Plano de Ação Emergencial (PAE).
- Monitoramento e manutenção dos Controles Ambientais.

Medidas compensatórias

Não Aplicável.

Condições específicas

1. Legislação Federal, Estadual e Municipal quanto ao uso e ocupação do solo, deve ser respeitada;
2. Deverá ser respeitada a Lei Federal 12.651/2012 - Código Florestal;
3. A inclusão e/ou substituição de veículos da frota deve ser objeto de licenciamento ambiental;
4. A exclusão de veículos da frota deve ser comunicada ao IMA para que seja emitida a Declaração de Atualização de Frota - Exclusão;

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 6624/2019

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº TPP/23117/CRFe parecer técnico nº 8055/2019, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à :

Empreendedor

NOME:	TERRA BRASIL COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MATEIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA		
ENDEREÇO:	RUA 1202, 644, ILHOTA, SALA 02		
CEP:	88220-000	MUNICÍPIO:	ITAPEMA
		ESTADO:	SC
CPF/CNPJ:	07.458.077/0001-59		

Para Atividade de

ATIVIDADE:	47.10.10 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS, RESÍDUOS DE SAÚDE, RESÍDUOS OU REJEITOS INDUSTRIAIS, DE COMÉRCIO OU DE SERVIÇOS, CLASSES I, IIA E IIB		
EMPREENDIMENTO:	TERRA BRASIL COM. E TRANSP. DE MAT DE CO		

Localizada em

ENDEREÇO:	RUA 1202, 644, ILHOTA		
CEP:	88220-000	MUNICÍPIO:	ITAPEMA
		ESTADO:	SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 737524.77 - UTM Y 7004935.90		

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 520651

CÓDIGO: 233721

Documentos em anexo

Nada Consta.

Condições de validade

5. A alteração na titularidade do empreendimento deve ser comunicada ao IMA, com vistas à atualização dessa informação no processo administrativo e na licença ambiental já concedida;
6. Deve ser verificada a compatibilidade entre os equipamentos/acessórios e os produtos a serem transportados;
7. Os veículos e embalagens de produtos perigosos, fracionados ou não, devem exibir as simbologias exigidas na legislação e normas brasileiras, assim como deve haver a fixação de rótulo de risco e painel de segurança na carroceria do veículo, de acordo com a NBRs 7500 e 7503, conforme Decreto Federal nº 96.044/1988, Portaria nº 204/2011 e Resolução ANTT nº 5232/2016);
8. O condutor do veículo licenciado deve portar os seguintes documentos e equipamentos: a. Carteira Nacional de Habilitação com a devida categoria para transporte de carga; b. Carteira de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP); c. Cópia da Licença Ambiental para transporte de produtos perigosos; d. Cópia do certificado de capacitação do veículo, se couber; e. Nota(s) Fiscal(is) do(s) produto(s) identificando o fornecedor e o recebedor; f. Ficha de emergência do(s) produto(s) transportado(s); g. Kit de Equipamento de Proteção Individual - EPI para cada ocupante do veículo; h. Kit de emergência para transporte de produtos perigosos - Ver modelo Anexo 5 da IN 77;
9. Utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados ao risco e a atividade exercida, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos a saúde dos empregados. A sinalização de segurança deve estar presente em toda a unidade;
10. Em caso de acidente no transporte de Produtos ou Resíduos Perigosos, a empresa transportadora deverá comunicar a ocorrência de imediato ao setor de fiscalização do IMA. Em um prazo máximo de 15 (quinze) dias deverá ser apresentado ao IMA um relatório detalhado, com fotos da ocorrência e descrição dos danos ambientais causados, além das medidas de controle e de remediação adotados;
11. Esta Licença Ambiental poderá ser a qualquer tempo, revogada pelo descumprimento das condicionantes;
12. Execução e constante atualização do Plano de Ação Emergencial - PAE.

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.